



## **EXPERIÊNCIA EDUCATIVA PARA SUPERAR ASPECTOS NEGATIVOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ESCOLA PÚBLICA**

*EDUCATIONAL EXPERIENCE TO OVERCOME NEGATIVE ASPECTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON PUBLIC SCHOOLS*

*EXPERIENCIA EDUCATIVA PARA SUPERAR ASPECTOS NEGATIVOS DE LA PANDEMIA DE COVID-19 EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS*

### **Raquel do Nascimento**

#### **Sabino**



Doutorado em Educação (UFPB)  
Professora da Educação Básica do  
Município de João Pessoa-PB  
[raquelsabino26@gmail.com](mailto:raquelsabino26@gmail.com)

### **Patrícia Menezes de Luna Freire Chaves**



Especialização em Psicopedagogia  
(FIP)  
Gestora pedagógica da Rede  
Municipal de João Pessoa-PB  
[patricialunafreire@gmail.com](mailto:patricialunafreire@gmail.com)

### **Vanusa Nascimento Sabino Neves**



Doutoranda em Educação  
(PPGE/UFPB)  
[pbvanusa@gmail.com](mailto:pbvanusa@gmail.com)

### **Lia Machado Fiuza Fialho**



Pós-doutorado em Educação  
(UFPB) e em História da Educação  
(USAL)  
Professora da Universidade  
Estadual do Ceará (UECE)  
Docente do Mestrado em  
Educação (PPGE/UECE) e do  
Mestrado Profissional em  
Planejamento e Políticas Públicas  
(MPPP/UECE)  
[lia\\_fialho@yahoo.com.br](mailto:lia_fialho@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Objetivou-se compreender a experiência educativa desenvolvida em uma escola pública municipal durante a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de Covid-19, que possibilitou dar prosseguimento ao processo de ensino e aprendizagem para alunos em situação de vulnerabilidade. Uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida no ano de 2020 por uma equipe multidisciplinar pedagógica em uma escola pública da educação básica de João Pessoa, capital da Paraíba, que cumpriu as fases: exploratória, levantamento de estratégias resolutivas, ação e avaliação. Concluiu-se que os múltiplos percalços para prosseguir com o ano letivo interrompido e para implementar o ensino remoto emergencial para alunos em contexto de vulnerabilidade social foram minorados pelas ações colaborativas da equipe pedagógica, com inclusão de alunos, familiares e Poderes Legislativos e Executivo Municipal. Ainda assim, a evasão escolar foi elevada, requisitando políticas públicas abrangentes da problemática que considerem as causas, além dos limites espaciais da escola.

**Palavras-chave:** Educação básica. Vulnerabilidade social. Pandemia. Covid-19. Processo de ensino e aprendizagem.

**Recebido em:** 12 de outubro de 2022.

**Aprovado em:** 6 de março de 2023.

Como citar esse artigo (ABNT):

SABINO, Raquel do Nascimento. Experiência educativa para superar aspectos negativos da pandemia da Covid-19 na escola pública. **Revista Prática Docente**, v. 8, n. 1, e23026, 2023.  
<http://doi.org/10.23926/RPD.2023.v8.n1.e23026.id1705>



### Abstract

The objective was to understand the educational experience developed in a municipal public school, during the suspension of face-to-face classes due to Covid-19 pandemic, which made it possible to continue the teaching and learning process for students in situations of vulnerability. Action research, with a qualitative approach, was conducted in 2020 by a multidisciplinary pedagogical team in a public school of basic education in João Pessoa, capital of Paraíba, which fulfilled the following phases: an exploratory, survey of resolute strategies, action, and evaluation. It is concluded that the multiple obstacles to continuing with the interrupted school year and implementing emergency remote teaching for students in a context of social vulnerability were mitigated by the collaborative actions of the pedagogical team, with the inclusion of students, family members and Legislative and Municipal Executive powers, even thus, school dropout was high, requiring comprehensive public policies on the problem, which considers the causes beyond the spatial limits of the school.

**Keywords:** Basic education. Social vulnerability. Pandemic. Covid-19. Teaching and learning process.

### Resumen

Se objetivó comprender la experiencia educativa desarrollada en una escuela pública municipal durante la suspensión de las clases presenciales por la pandemia de Covid-19, que permitió continuar el proceso de enseñanza y aprendizaje de estudiantes en situación de vulnerabilidad. Una investigación acción, con enfoque cualitativo, fue desarrollada en 2020 por un equipo pedagógico multidisciplinario en una escuela pública de educación básica en João Pessoa, Paraíba, que cumplió las siguientes fases: exploratoria, levantamiento de estrategias resolutivas, acción y evaluación. Se concluyó que los múltiples obstáculos para continuar con el ciclo escolar interrumpido e implementar la enseñanza a distancia de emergencia para los estudiantes en un contexto de vulnerabilidad social fueron mitigados por las acciones colaborativas del equipo pedagógico, con la inclusión de estudiantes, familiares y Poderes Legislativos y Ejecutivos Municipales. Todavía así, la deserción escolar fue alta, requiriendo políticas públicas integrales sobre el problema que consideren las causas, más allá de los límites espaciales de la escuela.

**Palabras clave:** Educación básica. Vulnerabilidad social. Pandemia. Covid-19. Proceso de enseñanza y aprendizaje.



## 1 INTRODUÇÃO

Os reflexos da pandemia de Covid-19 sobre o cenário público educacional, a suspensão das aulas presenciais em escolas públicas e a necessidade de retomar e continuar o processo de ensino-aprendizagem diante do cenário pandêmico foram o ponto de partida para a presente pesquisa. Afinal, conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (Unesco), a pandemia de Covid-19 impactou um número sem precedentes de estudantes, configurando-se na maior interrupção da aprendizagem da história da educação mundial. Apesar de estudantes de todas as esferas sofrerem os reflexos da aprendizagem interrompida, os prejuízos são desproporcionalmente mais graves para os alunos empobrecidos, aqueles que estão sujeitos a terem menos oportunidades de inclusão social quando fora da escola (UNESCO, 2021b).

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelo aluno durante a educação básica. Essas aprendizagens devem contribuir para a aquisição de dez competências gerais que garantam a aptidão para solucionar as demandas do cotidiano, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Dentre tais competências, incluem-se: valorizar e utilizar os conhecimentos construídos em diversos âmbitos – social, cultural, digital e outros; exercitar a curiosidade intelectual; valorizar e fruir das múltiplas manifestações artísticas e culturais; e compreender, utilizar e criar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), em consonância com as novas maneiras de receber, produzir e disseminar informações (BRASIL, 2017; SOBRINHO JUNIOR; MORAES, 2021), portanto expectativas são depositadas nos educadores quanto aos resultados satisfatórios segundo os desígnios contidos na BNCC para os educandos (SABÓIA; BARBOSA, 2020), não somente no que concerne às TDICs, mas em relação às demais competências.

Todavia, o ímpeto e a extensão com que a crise sanitária atingiu à rede de ensino brasileira têm se configurado em obstáculos a essas pretensões, por interferirem na efetividade do processo de ensino-aprendizagem, mais fortemente em relação aos discentes – ou mesmo docentes – mais vulnerabilizados. São diversos os estudos que corroboram essa assertiva, a saber: Baron *et al.* (2022); Gonzaga (2020); Neves *et al.* (2021a); Neves, Fialho e Machado (2021); Neves, Valdegil e Sabino (2021); e Santos, Silva e Vieira Junior (2021). Inobstante as especificidades dos objetos de investigação, todos são uníssonos em asseverar que a



problemática do acesso às TDICs foi crucial para agravar os prejuízos advindos da suspensão das aulas presenciais.

Apesar dos desafios majorados contra a efetividade do ensino e aprendizagem em cenário adverso, entendendo ser urgente o desenvolvimento de ações que envolvam as competências delineadas na BNCC e a continuidade da educação em todas as esferas do sistema educacional brasileiro, sem exclusão de educação informal, observa-se a implementação de estratégias para a mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a aprendizagem de crianças, jovens e adultos (BRANDENBURG *et al.*, 2020; NEVES *et al.*, 2021b; NEVES; MACHADO; FIALHO, 2022).

Diante dos novos desafios de fomentar a escolarização em meio à necessidade de distanciamento social e do agravamento de antigos problemas relacionados à desigualdade de acesso, permanência e qualidade na educação, uma equipe pedagógica multidisciplinar, composta por professores universitários e da educação básica, foi instigada a refletir sobre os problemas reais de uma escola da rede municipal de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, no contexto de vulnerabilidade dos alunos, familiares e professores, majorado pela pandemia da Covid-19, bem como de eleger os pontos críticos desse panorama para elaborar as estratégias de enfrentamento, aplicá-las e avaliá-las.

Essa experiência prática reflexiva culminou no desenvolvimento de uma pesquisa científica que questionou: como uma escola da rede pública municipal, localizada em uma comunidade periférica, na vigência da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de Covid-19, manteve o processo de ensino-aprendizagem para alunos suscetíveis socialmente e/ou portadores de necessidades especiais? O estudo teve por objetivo compreender a experiência educativa desenvolvida em uma escola pública municipal durante a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19, que possibilitou dar prosseguimento ao processo de ensino e aprendizagem para alunos em situação de vulnerabilidade. A investigação se tornou factível mediante uma pesquisa-ação, detalhada no segmento metodológico, cujo referencial teórico dialogou com estudos da Unesco, de autores como Lévy (1999) e Libâneo (2020), bem como com vários artigos que centraram ênfase na compreensão da conjuntura adversa implantada ou agravada pela Covid-19 na educação brasileira e refletiram sobre os esforços para minorar a devastação no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo na esfera pública.



## 2 PROCEDIMENTOS DO MÉTODO

A pesquisa se apropriou da abordagem qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2017; MINAYO, 2012), descritiva (GIL, 2017), do tipo pesquisa-ação (GIL, 2017; TRIPP, 2005), porque estudos qualitativos permitem a formulação de princípios, conceitos e significados correlacionados ao campo teórico abordado (MARCONI; LAKATOS, 2017), considerando as subjetividades e as nuances que perpassam os microcontextos investigados.

A matéria-prima das pesquisas qualitativas é um conjunto de experiências, vivências, valores, opiniões, ações humanas e sociais cuja análise tem por fundamento compreender, interpretar e dialetizar esses elementos. Nela, o pesquisador não se prende a uma verdade única, mas se mostra permeável à problematização das teorias e hipóteses (MINAYO, 2012). Por esse motivo, essa abordagem foi a mais apropriada a esta pesquisa, afinal ela permite analisar hermeneuticamente, com riqueza de detalhes, minúcias socioeducacionais e regionais invisibilizadas em pesquisas quantitativas.

As pesquisas descritivas são usualmente empregadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática e descrevem as características de uma população específica ou de um fenômeno particular. Permitem determinar as associações entre as variáveis e a natureza dessas relações (GIL, 2017), ou seja, interpretar a realidade de uma escola pública no que concerne ao provimento da educação escolar em tempos de pandemia.

A pesquisa-ação educacional é uma estratégia de desenvolvimento de professores e pesquisadores para aprimorar o ensino e o aprendizado dos alunos, caracterizando-se pela inovação, continuidade, participação, intervenção, problematização, deliberação, proatividade e disseminação. Seu início é demarcado pela análise situacional, que engloba contextos e práticas dos envolvidos, ao tempo que está comprometida ciclicamente com a operacionalização de melhorias práticas, interpretação e avaliação dos resultados (TRIPP, 2005). No delineamento da pesquisa-ação, recomenda-se iniciar pela fase exploratória, com a finalidade de delimitar com maior precisão o problema e melhor reconhecê-lo no campo de estudo até o planejamento, elaboração, implementação e avaliação de um plano de ação (GIL, 2017).

Neste estudo, os colaboradores estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem sob orientação metodológica de professoras da Universidade Estadual do Ceará (UECE), participantes da constituição das estratégias de enfrentamento à Covid-19, do desenvolvimento de ações educativas e investigativas e, inclusive, da sua avaliação.



Na condição de participantes situados no cenário escolar, foram envolvidos, além das professoras e doutorandas universitárias, os integrantes da equipe formada por diretoras administrativa e pedagógica: a orientadora educacional, a supervisora, a psicóloga, a assistente social e 53 docentes. Importa destacar que alunos e familiares participaram como destinatários das ações e comunicantes das necessidades educativas que serviram de referencial para a compreensão dos problemas e propositura das intervenções na conjuntura escolar.

A pesquisa compreendeu a fase exploratória, na qual foram detalhados: o contexto e a magnitude dos problemas impostos pela Covid-19 no cenário público escolar; o levantamento das estratégias resolutivas a partir da contribuição coletiva da equipe pedagógica; a ação, que se desenvolveu de março a dezembro de 2020; e a avaliação coletiva, mediante acompanhamento, documentação e reflexão a respeito da participação dos alunos.

O local do estudo foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva, pertencente à rede pública municipal de João Pessoa, na Paraíba, a qual se caracteriza pela comunidade a que se destina, a saber: alunos procedentes de famílias de baixa renda ou de pais desempregados ou subempregados, residentes no entorno da própria escola, principalmente em áreas de invasão urbana. Sobre eles, portanto, recaem vulnerabilidades sociais de profundidade e complexidade desafiadoras para os educadores.

Além do Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, a escola executa a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial Inclusiva, contemplando 941 discentes do Ensino Fundamental, 235 da EJA e 25 da Educação Especial para crianças e jovens com deficiências diversas, totalizando 1.201 estudantes.

O estudo obteve anuência formal da direção escolar e prescindiu de autorização pelo Comitê de Ética e Pesquisa em razão de utilizar unicamente informações de acesso aberto sobre as atividades e serviços exercidos pela escola, continuamente planejados no plano de trabalho escolar, do qual participaram docentes, equipe gestora e especialistas, dentre os quais estavam as autoras do presente estudo, executados no decorrer do ano letivo de 2020 e divulgados no relatório escolar da unidade de ensino.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na pesquisa-ação, o pesquisador transita, sistemática e ciclicamente, entre investigação e ação no campo prático, contemplando desde a fase de planejamento, implementação, descrição das ações e avaliação (TRIPP, 2005). Assim, nesta pesquisa-ação, optou-se pelo



delineamento da seguinte forma: 1) fase exploratória; 2) levantamento das propostas resolutivas; 3) ação; e 4) avaliação.

### 3.1. FASE EXPLORATÓRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Com a interrupção das atividades letivas presenciais, em março de 2020, na fase exploratória (GIL, 2017), conduzidas pela gestão escolar, iniciaram-se reuniões virtuais com a equipe pedagógica de colaboradores com o objetivo de construir respostas para a questão condutora: como a escola, na vigência da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19, manteria o processo de ensino-aprendizagem para alunos em situação de vulnerabilidade social e/ou portadores de necessidades especiais?

Com a finalidade de tornar a ação factível, nesses fóruns, em posição de destaque, colocaram-se as demandas dos alunos e professores, as dificuldades de processos e de estrutura para o enfrentamento do novo cenário. Esses fatores foram relacionados com as orientações normativas procedentes do Conselho Municipal de Educação (CME), o qual estabeleceu que, no período das aulas não presenciais, gestores, especialistas e docentes deveriam planejar e executar ações pedagógicas a serem desenvolvidas de maneira remota, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares (JOÃO PESSOA, 2020).

Na contextualização da problemática, considerou-se que a crise sanitária impôs a mudança do paradigma metodológico educacional, portanto à equipe cabia empenhar-se em definir com precisão o problema, não se limitando aos aspectos práticos, mas também levantar as implicações teóricas e legais, de acordo com a visão interdisciplinar de cada especialista do grupo condutor. Assim, a contribuição de cada um dos integrantes foi inter-relacionada com o todo e os problemas identificados foram categorizados quanto aos sujeitos que os vivenciam, ou seja, em problemas enfrentados por educadores, alunos e famílias, porém observou-se que muitos dos desafios perpassavam coletivamente esses sujeitos.

Identificou-se que, além de o material didático preexistente ser inadequado ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), porque era pensado unicamente para as aulas presenciais, outro desafio relevante era a insuficiência de competências dos professores para o manejo proficiente das TDICs, conforme relato deles próprios durante as reuniões virtuais. A esse respeito, observou-se que não era uma característica exclusiva da escola investigada, mas o retrato da realidade brasileira, como testificam os estudos de Araújo *et al.* (2021), de Neves, Machado, Fialho (2022) e de Santos, Silva e Vieira Junior (2021).



Segundo a Unesco (2021a), as plataformas de ensino causam confusão e frustração pela pouca habilidade que os professores e alunos têm em utilizá-las, fato identificado neste estudo mediante os relatos dos professores acerca da imperícia para manusear as TDICs, asseverada pela formação profissional incipiente. Outro problema apontado que merece destaque foi a inaptidão familiar para incentivar, supervisionar e orientar o aluno em aula remota a partir de ambiente domiciliar. Ora, se os professores não estavam seguros em manusear as ferramentas tecnológicas, tampouco seria possível que a maioria dos pais portasse esse domínio, especialmente considerando o contexto de exclusão digital e vulnerabilidade social em que boa parte das famílias se insere. Com efeito, a Unesco preveniu: com as escolas fechadas, os pais são requisitados a auxiliar na aprendizagem, mas, com nível educacional e recursos limitados, bem como acumulando o desempenho de outros papéis que lhes são peculiares, podem ter dificuldades (UNESCO, 2021a).

Ainda mais, inerente aos alunos, dentre os 25 discentes em Educação Especial, 11 portavam condições que lhes impossibilitavam o ERE, configurando-se em mais um obstáculo a tal modalidade de ensino-aprendizagem.

Diversas famílias, contrapondo-se à essencialidade de sua participação no novo processo, não possuíam aptidão ou disponibilidade para incentivar, supervisionar e orientar o aluno em aula remota a partir dos ambientes domiciliares. As adversidades comuns a todos incluíam falta ou precariedade de acesso ao provedor de internet e/ou a ferramentas apropriadas às aulas virtuais, além das questões emocionais relacionadas à Covid-19. Resultados semelhantes procederam do estudo de Nascimento e Fialho (2020), que detalhou carências outras ensejadoras da exclusão digital, por lhes faltar provedor de internet e equipamentos como computadores, *tablets* e *smartphones*, bem como a estrutura habitacional desfavorável à aprendizagem remota.

Conhecida em detalhe a problemática, à equipe pedagógica cumpria elencar estratégias com potencial de proporcionar a continuidade do processo de ensino-aprendizagem em circunstâncias deveras desafiadoras.

### 3.2. LEVANTAMENTO DAS ESTRATÉGIAS RESOLUTIVAS

Nesta etapa, de posse dos resultados da sondagem prévia sobre os principais problemas e tensões que permeavam a comunidade escolar para a continuidade do processo de escolarização, iniciou-se a conjectura de estratégias para mitigar o agravamento das desigualdades sociais, entre as quais a exclusão de alunos impossibilitados do ERE.





As proposições surgiram de acordo com a *expertise* de cada especialista. Diretora, supervisora, orientadoras pedagógicas, psicóloga escolar, assistente social e professores empenharam-se em elencar as propostas de manutenção da escola aberta disponível para o atendimento à comunidade e para a continuidade de serviços, como o fornecimento de documentos, conforme requeridos para eventuais transferências ou matrículas, oferecimento de material didático impresso para alunos desprovidos de TDICs, atendimento a fornecedores, manutenção e higienização predial, gerenciamento dos recursos dos programas da educação e fornecimento de almoço para os alunos: em dias úteis, marmitas seriam preparadas no refeitório da escola e entregues, em embalagens descartáveis, aos alunos ou responsáveis.

Para os alunos que não pudessem aderir ao ERE, considerados nesta pesquisa como em “evasão” às atividades *on-line*, a equipe realizaria busca ativa por meio de ligações telefônicas para os responsáveis ou para os próprios alunos.

A equipe, incluindo os professores, decidiram pelo seguimento das reuniões *on-line* pelas plataformas Skype, Google Meet ou Zoom. No mais, estabeleceram a continuidade do acompanhamento psicopedagógico pelo Google Meet e a necessidade de reformulação do cronograma escolar.

### 3.3. AÇÃO

As articulações com a equipe pedagógica prosseguiram por intermédio de reuniões virtuais, corporificando-se a ação por segmento de ensino de forma intencional e contextualizada com as etapas anteriores desta pesquisa.

A diretora pedagógica forneceu lista contendo os nomes e telefones dos alunos e dos pais ou responsáveis. Os professores, na qualidade de administradores, agruparam no WhatsApp suas próprias turmas, doravante denominadas “salas virtuais”, que funcionaram de abril de 2020 até dezembro de 2020. E, para os alunos impossibilitados de acesso às atividades por TDICs, a escola disponibilizou atividades no formato impresso com as recomendações de como realizá-las. Todavia, cada etapa ou modalidade de educação possuía ações específicas a serem desenvolvidas.

No Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, os professores se aproximaram de rotina semelhante da presencial. Realizaram acolhida por texto reflexivo, história contada e poemas por vídeo, leitura de fluência e correção das atividades postadas no grupo de WhatsApp. Enviaram vídeos e *links* de vídeos, imagens, explicações em áudio e textos pelo WhatsApp e utilizaram as ferramentas Google Meet, *e-mail* e YouTube.



Para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, seguiram as mesmas ações direcionadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental, com acréscimo de textos informativos, letras de músicas e relatos de experiência. A ferramenta Google Forms foi inserida e bem acatada por esses alunos. Pelo Google Map, realizaram visitas virtuais geográficas e, pelo Google Arts e Culture, visitaram museus. Para os alunos dessa etapa da escolarização, importa mencionar que, fruto da parceria com os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, as aulas foram transmitidas pela TV Câmara. Nessas aulas televisivas, os docentes pertenciam às diversas escolas da rede pública municipal de João Pessoa, e não apenas ao *locus* deste estudo.

Na EJA, seguiram-se as ações semelhantes, porém adequadas para o nível dos alunos desse grupo, sobretudo em razão de maiores dificuldades apresentadas pelos jovens e adultos do Ensino Fundamental I – anos iniciais – em relação ao domínio das ferramentas digitais e à proficiência de leitura. Os estudantes menos habilitados receberam atendimento individualizado por parte da equipe condutora, bem como auxílio dos discentes mais experientes. Realizaram aulas pelo Google Meet e acessaram atividades enviadas pelo WhatsApp. As tarefas eram copiadas no caderno, ocasião em que as professoras enviavam áudios e os chamavam por vídeos para melhor orientá-los. O retorno para as docentes se dava mediante envio de fotografias dos cadernos e devolutiva das tarefas impressas. Também lhes era disponibilizado o material em suporte de papel, entregue pessoalmente na escola, que, como informado, permaneceu aberta para esses e outros atendimentos, exceto aulas presenciais.

Para a Educação Especial, devido às peculiaridades das condições de deficiência desses alunos, as atividades foram individualizadas. As atividades remotas somente puderam ser conduzidas para 14 educandos, com os mesmos recursos utilizados para o Ensino Fundamental. Para os demais, o processo foi conduzido com atividades impressas adaptadas ao estado intelectual e físico de cada um deles.

Nesse esforço, há de se considerar que a responsabilidade da escola pública, marcada pelos embates históricos, é majorada pelas desigualdades sociais de seus alunos. Portanto, a ela cabe priorizar a formação cultural e científica, sem ser etnocêntrica, e considerar a diversidade, ao acolher a todos sem exclusão das minorias sociais. Em cumprimento a essa atribuição, os conteúdos curriculares também demandam associação às condições materiais concretas de vida e cultura de todos os estudantes (LIBÂNEO, 2020). Na mesma esteira, numa visão crítica e inclusiva, a formação de professores para a educação multicultural personifica um movimento político-ideológico em prol de grupos minoritários e vulneráveis



sociais, com isso, clarifica-se o entendimento do professor acerca dos fatores e problemas pertinentes a essas minorias (ABU-EL-HAJ; FIALHO, 2019). Corolário disso, como consta nesta experiência, alunos em condições especiais que não puderam participar das atividades remotas receberam atividades adaptadas às suas limitações.

### 3.4. AVALIAÇÃO

A avaliação da ação se deu quanto aos desafios enfrentados, à participação dos discentes e aos avanços obtidos. Ademais, no decurso da ação, houve controle das frequências às aulas virtuais e à realização das atividades, com acompanhamento, documentação estatística institucional e reflexão analítica pela equipe a respeito das ações implementadas. A escola registrou as atividades na forma de fotografias, áudios e vídeos e os mantém em acervo próprio.

Ao final do ano letivo, os professores contribuíram mediante o preenchimento de um instrumento institucional, descrevendo os desafios experimentados e os avanços obtidos. Dentre os maiores desafios, informaram: obter contato com os pais ou responsáveis para envolvê-los na realização das atividades didáticas com os filhos e alcançar todos os alunos com atividades remotas ou com atividades impressas.

A frequência foi aferida pelos professores condutores do ERE e registrada em planilhas. Na Tabela 1, demonstra-se a permanência dos alunos nas atividades *on-line* por todo o período alusivo a esta ação.

Tabela 1 - Participação e evasão dos alunos nas atividades remotas por segmento escolar

Segmento	Participantes n (%)	Evasão n (%)	Total
<b>Fundamental I (1º ao 5º ano)</b>	293 (57%)	221 (43%)	514
<b>Fundamental II (6º ao 9º ano)</b>	333 (78%)	94 (22%)	427
<b>EJA</b>	113 (48%)	122 (52%)	235
<b>Educação Especial</b>	14 (56%)	11 (44%)	25
<b>Total</b>	<b>753 (62,7%)</b>	<b>448 (37,3%)</b>	<b>1.201</b>

Fonte: Elaboração própria (2022).

Observa-se que a participação foi de 293 (57%) do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, consequentemente a não participação nas atividades ofertadas pela escola foi de 221 (43%). Alunos do 6º ao 9º ano obtiveram a maior participação 333 (78%), e 94 (22%) não participaram. No entanto, dentre os alunos da EJA, os participantes representaram unicamente 113 (48%), mas 112 (52%) deles não aderiram às atividades escolares no primeiro ano de vigência da pandemia da Covid-19 em solo brasileiro. Na Educação Especial, a participação foi de 14 (56%); os que não puderam participar da modalidade remota somaram 11 (44%), mas



receberam acompanhamento personalizado, individualmente, com atividades impressas distribuídas pela escola para realizarem nas suas residências e encaminhá-las aos professores.

No geral, considerando o total de 1.201 alunos da escola, infere-se que a evasão escolar acometeu 448 (37,3%) discentes e que 753 (62,7%) deles aderiram às atividades escolares ofertadas em suprimento às aulas presenciais interrompidas. Ante esses números, é pertinente trazer à reflexão as causas da evasão escolar na educação básica agravada durante a pandemia da Covid-19 examinada por Souza, Pereira e Ranke (2020), que identificaram uma miríade de fatores, incluindo aqueles que extrapolaram os limites da escola, como instabilidades econômicas e de relacionamento no seio familiar, que clamam por políticas públicas amplas para mitigar os danos advindos dessa multiplicidade de fatores, muitos externos à escola. Para Fernandes e Oliveira (2020), particularmente na EJA de uma escola do estado do Pará, o abandono foi de 68,8% mesmo antes da pandemia – dados referentes ao ano de 2014 –, sendo um dos percalços mais preocupantes, histórico e nacionalmente, cujos motivos ensejadores podem ser: ausência de projeto de vida formativo, empecilhos devido ao tempo dedicado ao emprego, gravidez, entre outros.

Os desafios de manter os alunos vinculados às atividades remotas foram considerados pelos professores como maiores para os alunos de menor faixa etária, aqueles dos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como para os alunos da Educação Especial e para os alunos da EJA. Nesses últimos, constatou-se a evasão maior, como já assinalado.

A avaliação foi importante na pesquisa-ação para apontar os avanços que ocorreram e os problemas que ainda precisam de maiores esforços para sua mitigação, especialmente porque esse tipo de investigação pressupõe ciclos constantes de qualificação e, em 2021, novo ciclo foi iniciado. No relatório escolar do final de 2020, os profissionais da comunidade escolar registraram que a pesquisa-ação foi importante não apenas para refletir a realidade emergencial de ensino em contexto pandêmico, mas também para elaborar, desenvolver e avaliar ações adotadas com o mote de melhorar o ensino e aprendizagem em tempos em que se fez necessário o distanciamento social.

Dentre os aspectos positivos apontados na possibilidade de pesquisar a prática docente, foram mencionados: melhor compreensão acerca das vulnerabilidades sociais padecidas pelos alunos e famílias; maior envolvimento na busca ativa dos discentes ausentes das atividades; aprimoramento do debate problematizador sobre a experiência de ensino remoto em tempos de pandemia; mais qualificação para uso dos recursos didáticos digitais; maior colaboração entre



os profissionais – gestores e professores; e maior entrosamento com a família dos estudantes. Ainda ressaltaram que a cooperação entre os educandos foi ampliada, fato perceptível mediante as iniciativas de agrupamento *on-line* e ajuda mútua mediadas pelos recursos digitais.

### **3.5. PROBLEMAS MAJORADOS PELA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS E ESFORÇOS PARA CONTORNÁ-LOS**

A pesquisa-ação, além dos profissionais da Educação, envolveu a participação indireta dos pais e de 1.201 alunos matriculados no Ensino Fundamental regular e nas modalidades EJA e Educação Especial, mas, no decorrer do percurso, principalmente em razão da falta de acesso às TDICs, da inconveniência das condições de habitação e da insuficiência na assistência domiciliar aos discentes, 448 (37,3%) não conseguiram permanecer até o final, evadindo-se. Mesmo diante desse número preocupante, quando se coteja com os reveses vivenciados pela equipe, esta motiva-se frente aos resultados iniciais conquistados, frutos da construção compartilhada interdisciplinar, e continuaram com ímpeto e maior maturidade crítica as ações do ano de 2021, enquanto as aulas presenciais permaneceram suspensas.

Da experiência aqui discutida emerge que, entrincheirados em casa, com as escolas fechadas, num cenário inóspito, sem as ferramentas necessárias, os docentes foram convocados a assumirem o protagonismo do ERE. Não seria, contudo, incongruente exercer a docência por meio digital se ainda não se é suficientemente “letrado” nesse particular? Entretanto, a partir da combinação de forças, os educadores envolveram-se na lida em favor da continuidade do processo interrompido de aulas presenciais, assumindo com responsabilidade os desígnios de ensinar remotamente na escola pública, mesmo lhes faltando acesso às TDICs, ambiente adequado de trabalho e competências e habilidades específicas para o trabalho em isolamento social no cenário pandêmico.

Compreende-se que a escola em comento, a despeito do inesperado, obteve avanços na mitigação dos efeitos da pandemia sobre a aprendizagem dos alunos. No entanto, consoante Oliveira e Pereira Junior (2020), antes da pandemia da Covid-19, não havia nenhum planejamento da rede de ensino para enfrentar crise sanitária dessa natureza, fato agravado pela vulnerabilidade histórica do sistema educacional.

A pandemia, com as prescrições de distanciamento social, de trabalho docente remoto e de estudos em ambiente domiciliar, evidenciou mais ainda as fragilidades da situação da escola pública brasileira, mas a conjuntura, por ser complexa e desafiadora, ensina que a ampliação de um debate não restrito ao cenário educacional deve ser prioridade premente. A



partir dessa premissa, Gonçalves e Guimarães (2020) defendem que a participação dos professores em processos formativos suficientes para capacitá-los para novas práticas pedagógicas compatíveis com cada realidade local demanda investimentos públicos. Nesse propósito, as políticas precisam ser consolidadas a partir de coletivos que valorizem experiências individuais e comunitárias peculiares a cada localidade do vasto território brasileiro, sem generalização, e invistam na formação continuada de professores, bem como na valorização da carreira docente (FERNANDES; SOUSA; FIALHO, 2021).

Na vanguarda, Lévy (1999) há décadas já salientava os novos papéis dos professores de mediar e incentivar a participação dos alunos e dar novo sentido ao ensino nos ciberespaços de aprendizagens cooperativas. Ao que classificou como universal sem totalidade, apontou o risco real de a cibercultura favorecer o aumento das desigualdades em razão da inacessibilidade aos equipamentos e/ou aos provedores da rede, bem como em razão das deficiências na apropriação de competências para o uso da tecnologia. Nessa trilha, Silva (2017) alude que a incorporação das TDICs no cotidiano das pessoas insere a linguagem digital como meio de leitura e escrita diverso dos tradicionais.

Este estudo corrobora que a conectividade à internet é um nó crítico do panorama digital brasileiro. O acesso à internet no Brasil ainda apresenta distorções preocupantes: na área urbana, 35% dos domicílios não dispõem de conexão, percentagem que sobe para 66% na zona rural. Já no Nordeste, sem diferenciação de área urbana ou rural, 51% dos domicílios estão desconectados (UNESCO, 2021a). Somando-se a isso, quando se considera o acesso às ferramentas digitais e à internet concomitantemente para se efetivar práticas educativas digitais, esses índices caem ainda mais (MARTINS; SANTANA; FIALHO, 2014).

O ensino remoto impõe aos professores a mobilização das estratégias de aprendizagem por meios digitais (SILVA, 2017). No entanto, diversos professores demonstraram não ter certeza de suas obrigações e de como preservar os laços com estudantes para apoiar a aprendizagem por meio remoto, resultado consoante aos dados de 2017 que indicam que professores brasileiros que realizaram cursos sobre o uso de computador e internet em atividades de ensino eram apenas 23%; e, para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a percentagem era ainda mais baixa, 19% (UNESCO, 2021a).

Em estudo realizado por Bernardo, Maia e Bridi (2020), identificou-se que 71,8% dos docentes brasileiros apontaram dificuldades para desenvolverem as atividades remotas, porque houve associação de tarefas já pertencentes à modalidade presencial e tarefas adicionais



próprias do ensino remoto, como gravação das aulas e manuseio e alimentação das diferentes plataformas digitais. A complexidade mais prevalente é representada pela ausência de padronização dos horários da jornada de trabalho, por receberem demandas por *e-mail*, aplicativos de mensagens e redes sociais; a todo momento, a fronteira entre trabalho e não trabalho perde seus contornos. Esse aspecto não foi sequer mencionado pelos professores envolvidos neste estudo, possivelmente porque, diante dos índices de evasão alarmantes, que iam se ampliando com o passar do ano letivo, os professores estivessem acometidos de tamanha preocupação que sequer reclamaram das interações educacionais fora dos horários de expediente regular.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender a experiência educativa desenvolvida em uma escola pública municipal durante a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de Covid-19, que possibilitou dar prosseguimento ao processo de ensino e aprendizagem para alunos em situação de vulnerabilidade. Para responder a esse escopo, partiu-se da problemática: como uma escola da rede pública municipal, na vigência da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19, manteve o processo de ensino-aprendizagem para alunos em situação de vulnerabilidade social? Na busca por resposta para essa indagação, em construção compartilhada, a equipe pedagógica da escola, com apoio de professores pesquisadores expertos universitários, desenvolveu uma pesquisa-ação, durante o ano de 2020, que consistiu em quatro fases: exploratória, para refletir sobre o problema; levantamento das estratégias resolutivas, que se desdobrou em planejamento das atividades para prosseguimento às aulas; ação, com mote em desenvolver atividades específicas para cada grupo de alunos de séries e modalidades de ensino diferentes – com e sem acesso às TDICs; e avaliação, que buscou analisar os resultados obtidos considerando os índices de evasão.

Na fase exploratória da pesquisa, escrutinou-se o contexto desafiador para a escola implementar o ERE, submetida a diversos problemas, como as questões da exclusão digital, da inadequação do material didático outrora pensado para o ensino presencial e da inabilidade de parte dos professores para o ensino remoto.

As principais ações sugeridas para retomada e continuidade do ensino foram: realização sistemática de reuniões virtuais com a equipe pedagógica; manutenção da escola aberta para atendimentos administrativos e gerais; reformulação do cronograma escolar; fornecimento de alimentação para os alunos; e oferta de atividades didáticas por meio do ensino remoto ou de



material impresso, neste caso para alunos sem acesso aos meios digitais para participar do ensino remoto.

Na etapa da ação, o aplicativo de mensagens WhatsApp foi o mais utilizado. Parceria com os Poderes Legislativo e Executivo Municipal possibilitou aulas por canal de televisão, mas também outras ferramentas foram utilizadas, Google Forms, Google Meet, YouTube, Skype e Zoom. O uso do aplicativo WhatsApp mais destacado também foi constatado no estudo de Godoi *et al.* (2021), em que a maioria dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Cuiabá, Mato Grosso, no ano de 2020, valeram-se dessa ferramenta para encaminhar as tarefas a seus alunos.

A avaliação se deu de forma continuada durante todo o processo, pois nas reuniões sistemáticas eram (re)discutidas atividades e maneiras de adaptar o conteúdo escolar para o contexto pandêmico, bem como, mediante o preenchimento de instrumento institucional de coleta, também havia o registro das presenças dos alunos, conteúdos ministrados e reflexão crítica acerca desses dados.

Constatou-se que a adoção do desenvolvimento de uma pesquisa-ação possibilitou o debate constante acerca das dificuldades enfrentadas pelos alunos, docentes e familiares para o desenvolvimento do ensino remoto, assim como a socialização compartilhada de dúvidas e saberes, o que promoveu maior articulação entre a comunidade escolar e ampliou o espírito de cooperação entre alunos, professores e gestores. Tornou-se factível ultrapassar o pragmatismo prático e, hermeneuticamente, de maneira democrática, conjecturar ações propositivas na busca por efetivar mecanismos para continuar ofertando a educação em meio ao necessário enfrentamento consoante a peculiaridade da crise sanitária causada pela propagação da Covid-19.

No mais, antes de finalizar a escrita desta pesquisa, interessa ressaltar que de nenhuma maneira as instigações apresentadas esgotam o assunto, ao contrário, sugere-se a elaboração de outras pesquisas científicas que consigam ampliar análises acerca das reverberações do ensino remoto na vida de alunos, professores, familiares, gestores e demais profissionais implicados diretamente no contexto educacional. No atual cenário de grandes perdas para o ensino-aprendizagem e ainda de incertezas quanto ao desfecho da crise atual, novos estudos centrados na temática aqui tratada podem ser de grande valia para profissionais da educação, acadêmicos e sociedade em geral. Salienta-se também que não é possível generalizar os resultados desta pesquisa, contudo a relevância do estudo consiste na sua contribuição para





ampliar a compreensão do processo de ensino-aprendizagem na interface com a atual crise. De tal modo, instiga reflexão sobre a importância e a coerência no planejamento, aplicação e avaliação das medidas de enfrentamento à pandemia pelas escolas públicas.

#### AGRADECIMENTOS

À equipe da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva, diretoras administrativa e pedagógica, orientadora educacional, supervisora, psicóloga, assistente social e docentes, pelos esforços em minorar a devastação da pandemia sobre a escola pública e pela ação de posicionar os alunos vulneráveis socialmente como prioridade nesse enfrentamento. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro ao projeto 420121/2022-6.

#### REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Mônica Farias; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Formação docente e práticas pedagógicas multiculturais críticas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 53, p. 1-27, 2019. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n53ID17109>

ARAÚJO, Erbenidice de Moraes *et al.* Dominios y dificultades digitales de los estudiantes del curso de Pedagogía de la Universidad Estatal de Ceará (Brasil) a través de la educación a distancia. **Revista de Educación Mediática y TIC**, Córdoba, v. 10, n. 1, p. 40-57, 2021. Disponível em: <https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/edmetic/article/view/12950>. Acesso em: 23 set. 2022.

BARON, Miriam Viviane *et al.* Influence of Covid-19 on the Socio-Emotional Aspect of School Communities. **Medical Research Archives**, [S.l.], v. 10, n. 8, p. 1-8, 2022. <https://doi.org/10.18103/mra.v10i8.3025>

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; MAIA, Fernanda Landolfi; BRIDI, Maria Aparecida. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19. **Norus**, Pelotas, v. 8, n. 14, p. 8-39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/19908>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRANDENBURG, Cristine *et al.* Cartilha educação e saúde no combate a pandemia da (covid-19). **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-35, 2020. <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i2.3670>

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; OLIVEIRA, Iranildo da Silva. Evasão na EJA: um desafio histórico. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 79-94, 2020. <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i13.990>



FERNANDES, Francisca Risolene; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Colaboração entre direção escolar e professores com foco na aprendizagem discente. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 10, p. e61846, 2021. <https://doi.org/10.5902/2318133861846>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GODOI, Marcos *et al.* As práticas do ensino remoto emergencial de Educação Física em escolas públicas durante a pandemia de Covid-19: reinvenção e desigualdade. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 6, n. 1, p. e012, 2021. <https://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n1.e012.id995>

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros. Aulas remotas, escolas vazias e a carga de trabalho docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 772-787, 2020. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1203>

GONZAGA, Luciano Luz. Precariedade, improvisação e espírito de corpo: representações sociais discursivas de professores da educação básica acerca da sua práxis no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 5, n. 3, p. 1999-2015, 2020. D: <https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n3.p1999-2015.id860>

JOÃO PESSOA. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 001/2020, de 29 de abril de 2020**. Dispõe sobre regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, para fins de reorganização e cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate do coronavírus (Covid-19). João Pessoa, PB, Semanário Oficial, n.º especial, p. 5-6, 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.

LIBÂNEO, Carlos José. Currículo de resultados, atenção à diversidade, ensino para o desenvolvimento humano: contribuição ao debate sobre a escola justa. *In*: BOTO, Carlota *et al.* (org.). **A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios**. São Paulo: USP, 2020. p. 41-67. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/564>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Cibelle Amorim; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza. **Práticas educativas digitais: uma história, uma perspectiva**. Fortaleza: UFC, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>



NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Integração das tecnologias móveis em aulas de cursos superiores da área da Saúde. **EAD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 16, 2020. <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i1.989>

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino *et al.* Retorno às aulas em tempos de Covid-19: o discurso publicitário. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 36, p. 150-169, 2021a. <https://doi.org/10.20500/rce.v16i36.42962>

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino *et al.* Utilização de lives como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela Covid-19. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-17, 2021b.: <https://doi.org/10.1590/ES.240176>

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, p. 1-18, 2021. <https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.26>.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Competência digital docente para o ensino remoto em tempos de isolamento social decorrente da Covid-19. **Hachetepepé: Revista Científica en Educación y Comunicación**, Cádiz, 24, p. 1-16, 2022. <https://doi.org/10.25267/Hachetepepe.2022.i24.1106>.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; VALDEGIL, Daniel de Assis; SABINO, Raquel do Nascimento. Ensino remoto emergencial durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: estado da arte. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. e325271, 2021. <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i2.5271>

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antônio. Trabalho docente em tempos de pandemia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 719-735, 2020. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212>

SABÓIA, Valquiria Soares Mota; BARBOSA, Rozilda Pereira. Base Nacional Comum Curricular: competências, habilidades e o planejamento escolar. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020. <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i1.3663>

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos; SILVA, Marineide de Oliveira da; VIEIRA JUNIOR, Niltom. Novos tempos e novos desafios educacionais: a educação básica na modalidade remota durante a pandemia de Covid-19. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 6, n. 2, p. e056, 2021. <https://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n2.e056.id1185>

SILVA, Obdália Santana Ferraz. (Multi)Letramentos e formação de professores na sociedade digital: entretecendo (desa)fios. *In*: ALVES, Lynn; MOREIRA, J. António (org.). **Tecnologias e aprendizagens**: delineando novos espaços de interação. Salvador: UFBA, 2017. p. 215-241.

SOBRINHO JUNIOR, João Ferreira; MORAES, Cristina de Cássia Pereira. Orientações e instigações presentes na Base Nacional Comum Curricular quanto ao uso de tecnologias



digitais no ensino. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 6, n. 3, p. e079, 2021.

<https://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n3.e079.id1248>

SOUZA, Celestina Maria Pereira de; PEREIRA, Jhonata Moreira; RANKE, Maria da Conceição de Jesus. Reflexos da pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 5, p. e10844, 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10844>

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2022.

UNESCO. **Avaliação do desenvolvimento da Internet no Brasil**. 2021a. Disponível em: [https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/8/20210217115717/avaliacao\\_do\\_desenvolvimento-da-internet-no-brasil.pdf](https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/8/20210217115717/avaliacao_do_desenvolvimento-da-internet-no-brasil.pdf). Acesso em: 26 fev. 2022.

UNESCO. **Consequências adversas do fechamento das escolas**. 2021b. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>. Acesso em: 28 fev. 2022.